



Apartado Postal
0835-00529
Panamá, Rep. de Panamá

Tels.: 223-4120 / 22 / 24
Fax: 223-4125

Correo Electrónico
libertad@libertadciudadana.org

www.libertadciudadana.org

Equipo Ejecutivo

Carlos Gasnell Acuña
Presidente Ejecutivo

Fanía Quirós Guardia
Directora Administrativa

Junta Directiva

Ramón Ricardo Arias P.
Presidente

Joseph Fidanque Jr.
Vice-Presidente

Lina Vega Abad
Secretaría

Leonor Motta
Tesorera

Juan A. Arias Z.
Vocal

Fernando Berguido
Vocal

I. Roberto Eisenmann Jr.
Vocal

Gilberto Guardia
Vocal

Jorge Molina Mendoza
Vocal

Luis A. Navarro L.
Vocal

Felipe Ariel Rodríguez
Vocal

Olga Sinclair
Vocal

Fundación para el Desarrollo de la Libertad Ciudadana

Capítulo Panameño de Transparencia Internacional (TI)

Panamá, 17 de marzo de 2015.

Honorable Licenciada
Kenia Porcell
Procuradora General de la Nación
PROCURADURÍA GENERAL DE LA NACIÓN
E. S. M.

Honorable Señora Procuradora:

Por este medio hacemos de su conocimiento noticia aparecida el día 15 de marzo de 2015 en el medio de comunicación digital "Estadao" del Brasil. En dicha noticia, se informa que la división antimafia del Ministerio Público Italiano investiga actuaciones de la empresa Constructora Norberto Odebrecht, S.A. en Panamá, en relación con el proceso de contratación pública de la línea 1 del Metro. Se deja manifiesto igualmente, que fiscales brasileños cooperan en la investigación con fiscales Italianos, por hechos presuntamente ocurridos en la República de Panamá.

Para mayor claridad, adjuntamos junto con la referida noticia traducción al español.

De la honorable Procuradora,
Fundación para el Desarrollo de la Libertad Ciudadana

Ramón Ricardo Arias P.
Presidente

RRAP/
Adjunto: lo indicado



Procuraduría General de la Nación
Archivo y Correspondencia

Recibido hoy 18 de Marzo del 2015
a las 11:43 por Ubaldo

Sólo con libertad es posible la ciudadanía plena

Crédito Imobiliário
Bradesco.

SIMULE ONLINE



ECONOMIA

Economia | Análises | Mercado | Opinião | Últimas

Divisão Antimáfia investiga Odebrecht

Procuradoria apura relação da empresa com esquema criado por um italiano no Panamá

15.03.2015 | 02:05



JAMIL CHADE, ENVIADO ESPECIAL/ NÁPOLES, ALEXA SALOMÃO / SÃO PAULO - O Estado de S.Paulo

A Procuradoria Antimáfia da Itália abriu investigação contra a Odebrecht num caso de corrupção no metrô do Panamá, que faz parte de um grande esquema que teria sido criado por Ricardo Martinelli, ex-presidente daquele país. Por se tratar de um operação da unidade Antimáfia, o caso corre em sigilo, segundo informaram ao 'Estado' fontes ligadas ao processo. Nesse sistema, nem os investigados são informados.

Desde janeiro, a Justiça brasileira também está envolvida no caso, mas de maneira mais ampla. Colabora com as investigações que tentam elucidar como funcionava todo o esquema criado pelo ex-presidente panamenho. Segundo o chefe do Departamento de Cooperação Internacional do Ministério Público, Vladimir Aras, "o Brasil já está respondendo aos pedidos de cooperação feitos pelo Panamá nesse caso".

O ponto de partida que levou à investigação da Odebrecht foram escutas telefônicas feitas pela Justiça italiana. Numa delas, a empresa italiana Impregilo, que perdeu para a brasileira a licitação no Panamá, indicou que sabia, com três anos de antecedência, o valor final da obra tocada pela Odebrecht - incluindo a soma dos valores dos aditivos que seriam feitos futuramente no contrato original.

A suspeita é de que o contrato foi fechado com pagamento de propina, recolhida pelo italiano Valter Lavitola, condenado em Nápoles. Lavitola, na verdade, é o grande alvo das investigações. Provar que ele recolhia as propinas, de quem quer que seja, é a meta maior da divisão Antimáfia. A Odebrecht é uma dessas empresas.

Na transcrição da escuta, obtida pelo **Estado**, os executivos italianos indicavam que a empresa brasileira receberia US\$ 500 milhões a mais do que o preço fechado no leilão para a construção do metrô no Panamá.

Diálogos suspeitos. O presidente da empresa, Massimo Ponzellini, havia recebido uma ligação na noite de 2 de agosto de 2011 do ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi, alertando sobre a situação no Panamá.

No dia seguinte, Ponzellini telefonaria para um de seus diretores, Alberto Rubegni, para contar a conversa com Berlusconi e pedir explicações sobre o que estava ocorrendo com cada uma de suas obras no Panamá.

Ao responder, Rubegni explicou a situação sobre a derrota na licitação do metrô do Panamá. "Pelo metrô, pegaram o trabalho com US\$ 500 milhões a mais que nós", disse.

A frase levou o MP a abrir uma nova direção nas investigações e se deparou com a Odebrecht. O que chama a atenção é que Rubegni deu o valor da alta antes mesmo que os aditivos tivessem sido assinados nos dois anos seguintes. Detalhe: segundo relatos da Odebrecht no Panamá, as obras adicionais, que levaram aos aditivos, foram feitas a pedido do governo.

Os dados consultados pelo **Estado** mostram a empresa italiana perdedora ofereceu US\$ 1,402 bilhão - US\$ 50 milhões a menos do que a proposta vencedora da brasileira. A diferença foi considerada estranha, mas poderia ser explicada pelo fato de o modelo da licitação dar mais peso à qualidade do projeto do que ao custo da obra (65% versus 45%). Mas o que chamou a atenção do procurador foi o custo final da obra. Entre 2010 e 2013, três aditivos foram somados ao contrato inicial, elevando o custo a US\$ 2,009 bilhões.

Aditivos. O primeiro aditivo foi fechado em 30 de dezembro de 2011, avaliado em US\$ 281,9 milhões. O valor adicional estava relacionado à mudança de localização de serviços públicos de manejo ambiental. O aumento também foi justificado pela alta nos preços do aço e do cimento, pelo aumento do diâmetro do túnel e por uma mudança na configuração dos trens.

Em 4 de fevereiro de 2013, mais um aditivo, de US\$ 126 milhões. Uma vez mais, a mudança em preços de materiais, realocação de serviços públicos e melhoria do desenho justificariam a alta. Em dezembro, mais um aditivo de US\$ 211 milhões.

A primeira suspeita foi levantada no Panamá pela Sociedade Panamenha de Engenheiros e Arquitetos, que questionou o valor adicional da obra. Diante de críticas, a Secretaria del Metro de Panamá (SMP) decidiu contratar uma auditoria. A escolhida foi a KPMG, que julgou que os aditivos não apresentavam irregularidades.

Mas a auditoria não acabou com a polêmica no Panamá. Zulay Rodríguez, deputada do Partido Revolucionário Democrático, alertou que o Metrô do Panamá acabou custando mais caro do que o de Los Angeles, avaliado em US\$ 735 milhões.

A contratação de uma empresa privada para fazer a auditoria também foi criticada. O ex-controlador-geral da Nação Carlos Vallarino atacou o fato de a administração do metrô ter recorrido à KPMG. Segundo ele, o artigo 220 da Constituição do Panamá prevê que "é o Ministério Público o encarregado do serviço de conselhos jurídicos aos funcionários administrativos".

Na Itália, o que chamou a atenção do procurador foi a forma pela qual a Odebrecht venceu o contrato, com um valor superior ao que havia sido oferecido pelo concorrente. "Que o projeto era melhor, não acredito", disse Piscitelli à corte de Nápoles, em novembro de 2014. "Martinelli preferiu o brasileiro. Quem sabe o que ele conseguiu com isso?", questionou.

O Ministério Público italiano suspeita que há ligação entre o empresário, a Odebrecht e o ex-presidente do Panamá, também acusado de corrupção em seu país.

Em sua apresentação diante da Corte de Nápoles, em novembro, o procurador italiano Vincenzo Piscitelli indicou que Lavitola "exerceu um canal corruptivo no Brasil" e que ele teria sido o mediador dos interesses da Odebrecht no Panamá. Os dados devem ser compartilhados com a Justiça brasileira.

Crédito Inmobiliario Bradesco – Simule online

ECONOMÍA

División Antimafia investiga Odebrecht

Fiscalía verifica relación de la empresa con esquema creado por un italiano en Panamá

15.03.2015 02:05 am

In Share g+ 1 Tweetar f Compartir

JAMIL CHADE, ENVIADO ESPECIAL/NÁPOLES, ALEXA SALOMÃO/SÃO PAULO – O Estado de S. Paulo

La Fiscalía Antimafia de Italia abrió investigación en contra de Odebrecht en un caso de corrupción en el metro de Panamá, que hace parte de un gran esquema que había sido creado por Ricardo Martinelli, ex presidente de aquel país. Por tratarse de una operación de la unidad Antimafia, el caso cursa en secreto, según informaron al “Estado”, fuentes vinculadas al proceso. Bajo ese sistema, ni los investigados son informados.

Desde enero, la Justicia brasileña también está involucrada en el caso, pero de manera más amplia. Colabora con las investigaciones que tratan de aclarar cómo funcionaba todo el esquema creado por el ex presidente panameño. Según el Jefe del Departamento de Cooperación Internacional del Ministerio Público, Vladimir Aras, “Brasil ya está contestando las solicitudes de cooperación hechas por Panamá en ese caso”.

El punto de partida que conllevó a la investigación de Odebrecht han sido las escuchas telefónicas hechas por la Justicia italiana. En una de ellas, la empresa italiana Impregilo, que perdió para la brasileña la licitación en Panamá, señaló que sabía, con tres años de anticipación, el valor final de la obra llevada por Odebrecht – incluyendo la suma de los valores de las adiciones que serían hechas futuramente al contrato original.

calidad del proyecto que el costo de la obra (65% versus 45%). Pero, lo que llamó la atención del fiscal ha sido el costo final de la obra. Entre 2010 y 2013, tres adendas fueron sumadas al contrato inicial, elevando el costo a US\$ 2,009 billones.

Adendas. La primera adenda fue fechada el 30 de diciembre de 2011, evaluada en US\$ 281,9 millones. El valor adicional estaba relacionado con el cambio de localización de servicios públicos de manejo ambiental. El aumento también ha sido justificado por la alza en los precios del acero y del cemento, por el aumento del diámetro del túnel y por un cambio en la configuración de los trenes.

El 4 de febrero de 2013, más una adición, de US\$ 126 millones. Una vez más, el cambio en precios de materiales, reubicación de servicios públicos y mejoría del diseño justificarían la alza. En diciembre, más una adición de US\$ 211 millones.

La primera sospecha ha sido levantada en Panamá por la Sociedad Panameña de Ingenieros y Arquitectos, que cuestionó el valor adicional de la obra. Ante las críticas, la Secretaría del Metro de Panamá (SMP) decidió contratar una auditoría. La escogida fue la KPMG, que dictaminó que las adiciones no presentaban irregularidades.

Pero, la auditoría no terminó con la polémica en Panamá. Zulay Rodríguez, diputada del Partido Revolucionario Democrático, alertó que el Metro de Panamá acabó costando más caro que el de Los Angeles, evaluado en US\$ 735 millones.

La contratación de una empresa privada para practicar la auditoría también fue criticada. El ex contralor general de la Nación, Carlos Vallarino, atacó el hecho de la administración del metro haber recurrido a la KPMG. Según él, el artículo 220 de la Constitución de Panamá contempla que “es el Ministerio Público el encargado del servicio de consejos jurídicos a los funcionarios administrativos”.

En Italia, lo que llamó atención del fiscal fue la forma por la cual Odebrecht venció el contrato, con un valor superior al que había sido ofrecido por el competidor. “Que el proyecto era mejor, no creo”, dijo Piscitelli a la corte de